



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR**

CAIO DE SOUSA FERREIRA

**EDUCAÇÃO DO CAMPO: BINÔMIO ENTRE GARANTIAS LEGAIS E
EFETIVAÇÕES NO CHÃO DA ESCOLA DO CAMPO**

**CAMPINA GRANDE - PB
2021**

CAIO DE SOUSA FERREIRA

**EDUCAÇÃO DO CAMPO: BINÔMIO ENTRE GARANTIAS LEGAIS E
EFETIVAÇÕES NO CHÃO DA ESCOLA DO CAMPO**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado à Coordenação do Curso de Especialização em Educação Física Escolar, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Educação física escolar.

Orientadora: Prof^a Dr^a Dóris Nóbrega de Andrade Laurentino

**CAMPINA GRANDE – PB
2021**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

F383e Ferreira, Caio de Sousa.
Educação do Campo [manuscrito] : binômio entre garantias legais e efetivações no chão da Escola do Campo / Caio de Sousa Ferreira. - 2021.
27 p.

Digitado.

Monografia (Especialização em Educação Física Escolar) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, 2021.

"Orientação : Profa. Dra. Dóris Nóbrega de Andrade Laurentino, Departamento de Educação Física - CCBS."

1. Educação do Campo. 2. Educação Física escolar. 3. Educação básica. I. Título

21. ed. CDD 372.86

CAIO DE SOUSA FERREIRA

EDUCAÇÃO DO CAMPO: BINÔMIO ENTRE GARANTIAS LEGAIS E EFETIVAÇÕES NO CHÃO DA ESCOLA DO CAMPO

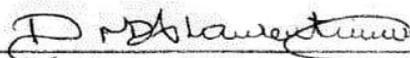
Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado à Coordenação do Curso de Especialização em Educação Física Escolar, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Educação física escolar.

Área: Pedagógica e Sociocultural

Linha de Pesquisa: Estudos Pedagógicos da Educação Física Escolar

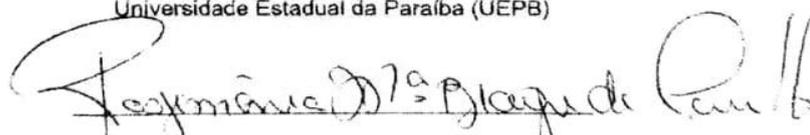
Aprovada em: 19 de março de 2021.

BANCA EXAMINADORA



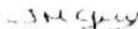
Prof^ª Dr^ª. Dóris Nóbrega de Andrade Laurentino (Orientadora)

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof^ª Dr^ª. Regimênia Maria Braga de Carvalho (Examinadora)

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof^ª Dr^ª. Jozilma de Medeiros Gonzaga (Examinadora)

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Dedico esse artigo primeiramente a Deus, em seguida a minha querida mãe, exemplo de força e dedicação familiar, me criou com todo amor, carinho e humildade, juntamente com meu pai, me apoiaram nos momentos mais difíceis da minha vida, dedico também a minha orientadora que caminhou junto comigo durante toda a minha graduação e pós graduação, guiando-me em meus trabalhos acadêmicos, e por fim a meus colegas que muitas vezes me ajudaram e contribuíram para meu crescimento e aprendizagem.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	06
2	METODOLOGIA.....	07
3	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	08
3.1	Lei de Diretrizes e Bases da Educação e Educação do Campo	08
3.2	Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.....	09
3.3	O Plano Nacional de Educação (2014-2024) e Educação do Campo	11
4	ALGUMAS POSSÍVEIS REFLEXÕES	15
4.1	Documentos legais frente às pesquisas na Educação do Campo ...	15
4.2	Influência das contradições frente a inserção do professor de educação física.....	19
4.2.1	<i>Princípios para uma educação física no/do campo</i>	19
4.2.2	<i>Criatividade nas aulas de educação física</i>	22
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
	REFERÊNCIAS	26

EDUCAÇÃO DO CAMPO: BINÔMIO ENTRE GARANTIAS LEGAIS E EFETIVAÇÕES NO CHÃO DA ESCOLA DO CAMPO

FIELD EDUCATION: BINOMIAL BETWEEN LEGAL GUARANTEES AND EFFECTIVENESS ON THE FLOOR OF THE FIELD SCHOOL

Caio de Sousa Ferreira

RESUMO

O presente com objetivo central elucidar o trato da educação do campo enquanto modalidade de ensino na Educação Básica, a partir de documentos regularizadores da política educacional do país, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB); Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução CNE/CEB1 2002) e o Plano Nacional de Educação vigente (2014 – 2024). Trata-se de uma pesquisa documental de natureza qualitativa, que busca de forma específica, explorar pontos relevantes desses documentos para a pesquisa e em conjunto com outras pesquisas norteadoras, abordar a forma como a educação do campo é retratada, fazendo apontamentos entre garantias/concretizações de uma educação no/do campo e a inserção do professor de educação física na educação do campo. Conclui-se que ainda há um longo caminho para que todas as garantias legais sejam de fato, concretizadas no chão da maioria das escolas do campo, mas que nesse caminho, torna-se imprescindível, práticas inovadoras/criativas, adaptadas a partir e para os indivíduos do campo nas aulas de educação física, para que o professor contribua de forma efetiva e significativa para a formação dessa população.

Palavras Chave: Educação do Campo. Modalidade de ensino da Educação Básica. Educação Física.

ABSTRACT

The present study aims to elucidate the treatment of rural education as a teaching modality in Basic Education, from the regularizing documents of the country's educational policy, such as the Law of Directives and Bases of Education (LDB); Operational Guidelines for Basic Education in Rural Schools (Resolution CNE/CEB1 2002) and the current National Education Plan (2014 - 2024). This is a qualitative documentary research, which seeks specifically to explore relevant points of these documents for the research and in conjunction with other guiding research, address how the field education is portrayed, making notes between guarantees/concretizations of an education in/of the field and the insertion of the physical education teacher in field education. It is concluded that there is still a long way to all legal guarantees are in fact, materialized on the floor of most rural schools, but that on this way, it becomes essential, innovative/creative practices, adapted from and for rural individuals in physical education classes, so that the teacher contributes effectively and significantly to the formation of this population.

Keywords: Rural Education. Basic Education teaching modality. Physical Education

1 INTRODUÇÃO

É sabido que a educação do campo abrange toda a população que encontra-se fora da realidade urbana, ou seja, agricultores, extrativistas, populações ribeirinhas, quilombolas, assentados, os povos da floresta, entre outros que produzam seus meios de existência a partir do meio rural, corroborando para uma grande diversidade sócio cultural entre essas realidades e a realidade das populações urbanas e quando se trata dos aspectos básicos como o direito à vida, saúde, educação, entre outros garantidos pela constituição.

Em alguns documentos legais, vê-se uma dicotomia entre essas garantias estabelecidas por lei o que está de fato, dentro da realidade vigente das populações do país, voltando-se especificamente para a educação, será destacado o trato diferenciado para a modalidade educação do campo, perante a educação urbana, serão analisados o modo com a educação do campo “se mostra” a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução CNE/CEB1, 2002) e o Plano Nacional de Educação vigente (2014 – 2024), dialogando com outros documentos norteadores da educação para as populações do campo, problematizando divergências entre o que é proposto e “garantido” pelos documentos analisados, em contrapartida de um contexto real, em que a educação do campo se encontra, pois é possível perceber, por exemplo, que as escolas rurais possuem condições estruturais, formações e contextos sócio-políticos divergentes em relação as escolas urbanas.

Tomando como referência o PANORAMA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO IBGE/MEC (2007) e o CENSO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2016 NOTAS ESTATÍSTICAS (2017), apontam em pesquisas, avanços na modalidade da educação do campo, porém, ainda apresenta dados estatísticos preocupantes, quando compara certos aspectos existentes entre a educação urbana e do campo, mesmo com as garantias estabelecidas legalmente e dentre esses aspectos, a limitação acerca dos recursos disponíveis e condições de trabalho, tomando como base a realidade da maioria das escolas do campo (espaço físico, materiais pedagógicos, formação de professores, corpo docente, sistema organizacional).

Nesse contexto, isso tem influenciado diretamente na inserção do professor de educação física no âmbito escolar, bem como na sua prática docente, uma vez que essas limitações implicam, na grande maioria das escolas, em uma equipe docente insuficiente, tendo o professor polivalente à frente do processo de ensino aprendizagem das turmas, que estão organizadas em grande parte dentro do sistema multiseriado, e, por conseguinte, afetando também a atuação do professor de educação física nessa modalidade de educação.

Tomando como referência esses aspectos, como parte da realidade na grande maioria das escolas do campo, o estudo busca discutir modalidade de ensino Educação do Campo, a partir de documentos legais e de forma específica e refletir possíveis desafios na atuação do professor de educação física inserido nessa modalidade de ensino. Ademais, o estudo justifica-se pelo interesse que foi despertado sobre a temática educação no campo, desde o período da graduação em licenciatura em Educação Física / Universidade Estadual da Paraíba, como estagiário na modalidade de ensino educação do campo, a partir do estágio supervisionado III, como também pelas leituras realizadas na elaboração do trabalho de conclusão do referido curso, com a referida temática.

2 METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se como pesquisa documental de natureza qualitativa, onde de acordo com Gil (2002) essa tipologia de estudo assemelha-se muito com a pesquisa bibliográfica, divergindo essencialmente na natureza das fontes, pois a pesquisa de cunho documental utiliza-se de materiais bases, que não foram submetidos a um tratamento analítico ou que possam ser “reanalisados de acordo com os objetivos do estudo. Portanto, essa pesquisa tem por objetivo analisar o binômio existente entre “garantias e efetivações” dos direitos legais estabelecidos na realidade concreta da educação do campo, e algumas implicações dessa tensão na atuação do professor de educação física inserido nessa modalidade de ensino.

o estudo se apoia no método de análise de conteúdo de Bardin (2011) seguindo as três fases, sendo elas: - Pré análise: caracterizada pelo primeiro contato com os documentos selecionados, denominado pelo autor de leitura flutuante, objetivando

mapear os aspectos gerais e específicos dos documentos; - Exploração do Material: importante fase onde foi realizada a exploração dos documentos escolhidos, relacionando-os com o objetivo do estudo, ou seja, foram destacados alguns pontos principais relacionados a formação profissional; condições de trabalho e recursos disponíveis, aspectos esses possuem relação direta com a temática da pesquisa, nesse caso, o aparato legal para o trato da educação do campo enquanto modalidade de ensino; - Tratamento e Interpretação: última fase onde foi realizado a análise e reflexão dos documentos, com base nos dados destacados pelo pesquisador.

Inicialmente, serão apresentados e esclarecidos os principais argumentos de relevância a temática envolvida em cada um dos documentos abordados, seguido então por dados de base quanti-qualitativos destacados em duas pesquisas lideradas pelo IBGE/MEC, fazendo então, algumas possíveis reflexões sobre a influência dos mesmos, para com a atuação do professor de educação física na modalidade de ensino da educação do campo.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Lei de Diretrizes e Bases da Educação e Educação do Campo

Tomando como referência a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (atualizada em abril 2020) temos o trato da educação do campo de forma muito “tímida” para um documento de tamanha importância, sendo importante destacar os artigos 25;28;62, tendo a educação do campo explicitamente apresentada de forma específica pelo **art.28** que afirma:

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III – adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL,1988).

Segundo o artigo 28 dessa lei, estabelece-se o direito à população do campo, de se ofertar uma educação básica pensada nas especificidades e interesses da população campesina, ou seja, um sistema educacional que possua um currículo que

forme cidadãos no campo e para o campo, enaltecendo seus aspectos socioculturais, uma educação planejada conforme a realidade presente na comunidade escolar onde vivem, garantindo assim uma educação que visa os interesses dessa população, com conteúdos e metodologias que contemplem a educação básica do país, mas que também se adéquam a real necessidade do povo do campo, organizada e estruturada com base na vida do campo (formação cidadã, mercado de trabalho, peculiaridades do ambiente) para que a população busque um conhecimento específico da sua realidade e busquem uma vida melhor no ambiente em que vivem, e não sejam incentivados a abandonar suas origens para viver uma “realidade urbana.”

Enquanto que nos outros dois artigos, torna-se importante destacar que, mesmo fazendo alusão a educação do campo especificamente, é fundamental destacá-lo, tendo em vista as condições de trabalho nas escolas do campo, pois, o **art.62** estabelece:

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal.

Observa-se que através desse artigo é estabelecido por lei, que a educação básica tenha docentes com formação de nível superior em cursos de licenciatura como formação mínima para o exercício do magistério, a partir do nível de ensino da educação infantil. Tratando-se também nas condições de trabalho do professor nessa modalidade de ensino, vale destacar o art.25 ao tratar que: “Será objetivo permanente das autoridades responsáveis alcançar relação adequada entre o número de alunos e o professor, a carga horária e as condições materiais do estabelecimento (LEI Nº 9.394/1996), frisando o objetivo de se alcançar uma relação harmônica entre a quantidade de alunos, professores e recursos materiais adequadas no estabelecimento (escola).

3.2 Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo

Tomando como referência os art.2 desse documento, tem-se que as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo vem com o propósito de estabelecer alguns princípios que dêem subsídios para as escolas do campo adequarem o sistema educacional, de forma a atender e efetivar uma educação para

a população do campo, adequando as diretrizes para o ensino infantil, fundamental e médio, educação de jovens e adultos, educação especial, indígena, educação profissional de nível técnico e formação de professores em nível médio na modalidade normal.

Nos art. 3 e 4, afirma que o poder público deve garantir o acesso de forma universal a educação básica e profissional de nível técnico com qualidade, direcionando o plano institucional das escolas do campo para promover as populações do campo “experiências e estudos direcionados para o mundo do trabalho, bem como para o desenvolvimento social, economicamente justo e ecologicamente sustentável.” (CNE/CEB, 1/2002.) Também vale destacar o que o artigo 5 menciona:

Art. 5º As propostas pedagógicas das escolas do campo, respeitadas as diferenças e o direito à igualdade e cumprindo imediata e plenamente o estabelecido nos artigos 23, 26 e 28 da Lei 9.394, de 1996, contemplarão a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia (BRASIL, 2002).

Esse artigo deixa claro, a importância da construção e efetivação de um currículo fincado em propostas pedagógicas inerentes as peculiaridades das comunidades do campo, respeitando as diversidades existentes e possibilitando relações entre movimentos sociais do campo, comunidade local e escolas, pois a educação do campo precisa ser no campo e para o campo

O professor possui um papel fundamental no processo de aproximação dos princípios de uma educação para a população campestre, pois ele é quem de fato, vai aproximar os direitos e saberes estabelecidos na comunidade escolar do campo, e o art. 12 é de grande importância, por determina:

Art. 12 O exercício da docência na Educação Básica, cumprindo o estabelecido nos arts. 12, 13, 61 e 62 da LDB e nas Resoluções CNE/CEB nº 3/97 e nº 2/99, assim como os Pareceres CNE/CP nº 9/2001, nº 27/2001 e nº 28/2001, e as Resoluções CNE/CP nº 1/2002 e nº 2/2002, a respeito da formação de professores em nível superior para a Educação Básica, prevê a formação inicial em curso de licenciatura, estabelecendo como qualificação mínima, para a docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, o curso de formação de professores em Nível Médio, na modalidade Normal.

Parágrafo único. Os sistemas de ensino, de acordo com o artigo 67 da LDB desenvolverão políticas de formação inicial e continuada, habilitando todos os professores leigos e promovendo o aperfeiçoamento permanente dos docentes.

Ou seja, é exigido do professor o curso superior de licenciatura como mínima para o exercício da docência a partir da educação básica de ensino, em consonância com o art. 67 da LDB que assegura valorização dos profissionais de educação, garantindo formação continuada, progressão com base na titulação do professor, piso salarial, condições adequadas de trabalho, entre outros direitos para o professor.

3.3 O Plano Nacional de Educação (2014-2024) e Educação do Campo

O Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado através da Lei nº 13.005 / 2014, que é um documento de grande importância, pois é um dos instrumentos que direciona o planejamento do Estado para com a educação, orientando a execução das políticas públicas no setor da educação, estabelecendo metas para o sistema educacional do país, destacando-se no presente estudo alguns pontos fundamentais do PNE atual, no tocante à modalidade de ensino da educação do campo.

No início da lei, em seu artigo 2, relativas às diretrizes do PNE, são tratadas a erradicação do analfabetismo e a universalização do atendimento escolar, em consonância com a terceiro artigo que fala da superação das desigualdades educacionais. Essas três diretrizes têm uma relação indireta com a educação do campo, pois é fundamental para as comunidades do campo terem acesso à educação básica através de escolas localizadas em suas próprias comunidades, ou seja, escolas que prestem atendimento aquela comunidade, e o que se vê é o poder público que cada vez mais adotando sistemas de nucleação das escolas do campo, reduzindo cada vez mais unidades escolares, privando o acesso à educação local de algumas comunidades, conseqüentemente concentrando essa educação a determinadas populações, além disso no art. 8 § 1º trata-se que:

:

Art. 8º Os estados, o Distrito Federal e os municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE, no prazo de um ano contado da publicação desta lei.

§ 1º Os entes federados estabelecerão nos respectivos planos de educação estratégias que:

I – assegurem a articulação das políticas educacionais com as demais políticas sociais, particularmente as culturais;

II – considerem as necessidades específicas das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, asseguradas a equidade educacional e a diversidade cultural;

- III – garantam o atendimento das necessidades específicas na educação especial, assegurado o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades;
- IV – promovam a articulação interfederativa na implementação das políticas educacionais.

Esse artigo deixa claro que o Distrito Federal, estado e municípios devem elaborar/adequar seus próprios planos de educação em conjunto com as diretrizes, metas e estratégias propostas no PNE, e dentro do plano de educação deve estar presente como afirma o inciso II do parágrafo um, estratégias que priorizem políticas públicas educacionais que se entrelacem com todo o ambiente sociocultural da população do campo, considerando suas especificidades e diversidade cultural, sendo assim, o sistema educacional deve atender às reais necessidades das populações do campo.

Partindo então para as metas e estratégias anexadas ao PNE, que tem por objetivo alcançar no período vigente de 2014 a 2024, serão abordadas aqui algumas das metas e estratégias de maior relevância para o estudo, direcionadas especificamente para com a educação campo, iniciando já com a meta 1, que objetiva a universalização da educação infantil em pré-escolas para crianças de 4 a 5 anos além da ampliação da oferta de educação infantil em creches, porém, apenas a estratégia 10 dessa meta, refere-se diretamente a educação do campo, afirmando:

1.10. Fomentar o atendimento das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas na educação infantil nas respectivas comunidades, por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta, limitando a nucleação de escolas e o deslocamento de crianças, de forma a atender às especificidades dessas comunidades, garantido consulta prévia e informada. (BRASIL, 2014).

Essa é uma estratégia em que visa a oferta da educação infantil dentro das respectivas comunidades do campo, de forma a incentivar creches que pertençam a realidade dessas comunidades e atendam suas especificidades, contrapondo-se também de forma a diminuir as políticas públicas que incentivam o processo de nucleação dessas escolas.

Prosseguindo, tem-se a meta 2 do PNE, temos como objetivo “universalizar o ensino fundamental de nove anos para toda a população de seis a quatorze anos e garantir que pelo menos noventa e cinco por cento dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE. ” (PNE 2014), a educação do campo aparece de forma explícita na estratégia 6 que estabelece:

“2.6. Desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial, das escolas do campo e das comunidades indígenas e quilombolas”

Trata-se do desenvolvimento e inserção de tecnologias que deem subsídios para uma prática pedagógica que relacione e incentive a participação da comunidade dentro da escola, considerando as especificidades da população campesina e adequando a organização do tempo e atividades didáticas propostas.

Ainda contido na meta 2, temos a estratégia 2.10 que também contempla a educação do campo, no sentido de priorizar a oferta do ensino fundamental, principalmente dos anos iniciais, nas próprias comunidades, corroborando para a diminuição das políticas de nucleação das escolas do campo, assim como a estratégia 10 da meta 1.

Segundo a meta 3, visava-se universalizar até 2016, atendimento escolar para as populações de quinze a dezessete anos, elevando a taxa líquida de matrículas no ensino médio para oitenta por cento, dentre as estratégias propostas para essa meta, a educação do campo é contemplada na estratégia 3.6, onde se propõe a expansão das matrículas gratuitas de ensino médio, integradas à educação profissional, sendo levado em conta as peculiaridades das populações do campo, quilombolas, indígenas e pessoas com deficiência, também na estratégia 3.10, que se propõe a elaboração de programas de educação e cultura para jovens de quinze a dezessete anos e adultos, com qualificação social e profissional.

De acordo com a meta 7, se prever melhoria da qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades de ensino com médias específicas para cada ano no IDEB, mas o que de fato se torna mais relevante dentro dessa meta é a estratégia 7.26 que afirma:

Consolidar a educação escolar no campo de populações tradicionais, de populações itinerantes e de comunidades indígenas e quilombolas, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários e garantindo: o desenvolvimento sustentável e preservação da identidade cultural; a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições, consideradas as práticas socioculturais e as formas particulares de organização do tempo; a oferta bilíngue na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, em língua materna das comunidades indígenas e em língua portuguesa; a reestruturação e a aquisição de equipamentos; a oferta de programa para a

formação inicial e continuada de profissionais da educação; e o atendimento em educação especial (BRASIL, 2014).

Essa é uma estratégia que engloba algo essencial para a educação do campo, uma educação fincada no desenvolvimento, preservando a identidade sociocultural dessas populações, sendo elas mesmas, as protagonistas para a definição do modelo organizacional pedagógico e de gestão dessas instituições do campo, pensados para o desenvolvimento nos seus próprios interesses, a estratégia 7.27 complementa a ideia anterior, quando propõe o desenvolvimento de um currículo e suas propostas pedagógicas que sejam específicos para as escolas do campo, incluindo conteúdos próprios de sua cultura e produzindo materiais didáticos específicos a realidade da comunidade escolar, com inclusão dos alunos portadores de deficiência, essa efetiva participação de toda a comunidade escolar na (ré)construção e consolidação de uma educação no/do campo, sendo assim, fundamental para essa modalidade de ensino.

Além disso, torna-se importante abordar aqui, a estratégia 12.13 que faz referência a expansão do atendimento específico as escolas no campo, nos quesitos de acesso as escolas, permanência, conclusão e formação de profissionais para atuação nessas populações, ou seja, torna-se necessário indivíduos com formação e capacitação adequadas para conduzir a organização escolar e a própria formação educacional nesse âmbito.

A estratégia 15.5 complementa essa ideia quando traz a implementação de programas específicos para a formação de profissionais da educação para as escolas do campo, ou seja, é necessário uma formação diferenciada para esses profissionais da educação atuarem no âmbito da educação do campo, para poder firmar uma educação voltada aos interesses dessas populações do campo, também havendo incentivos e condições necessárias para que esses profissionais da educação queiram de fato, estarem inseridos de forma efetiva e atuante nessa modalidade de ensino. A estratégia 18.6 evidencia como um dos pontos importantes e de grande incentivo para esses profissionais permanecerem atuantes nesse âmbito escolar, seria considerar as especificidades do campo no provimento de cargos efetivos para essas escolas.

4 ALGUMAS POSSÍVEIS REFLEXÕES

4.1 Documentos legais frente às pesquisas na Educação do Campo

Foram explorados os pontos de maior relevância para a educação do campo dentro dos três documentos referenciados, o estudo agora partirá para duas importantes pesquisas com base de dados quanti-qualitativos que nos trazem importantes informações para se pensar em duas vertentes da educação do campo, a proposta e garantida pelos documentos legais e a vivenciada na realidade do chão da maioria das escolas.

A educação do campo é assim colocada para referenciar determinados espaços sociais que possuem necessidades próprias, inseridos em realidades distintas dos centros urbanos, não sendo considerada “inferiores ou atrasadas”, más, realidades sociais com vida própria, cultura e práticas peculiares que são socializadas entre os que ali vivem. Nesse sentido, a educação do campo necessita de um olhar político-pedagógico que avance na luta por melhores condições de trabalho, recursos e qualificações para todos que atuam na comunidade escolar do campo, mas é preciso principalmente, avançar na luta por um currículo escolar pautado na vida e nos valores dessas populações do campo, para que os aprendizados tenham sentido e se tornem instrumentos para transformações e desenvolvimento do meio social onde estão inseridos.

Refletindo a luta que a educação do campo enfrenta, aliado ao Panorama da Educação do Campo (2007), elaborado pelo INEP, aponta-se algumas questões importantes, com base em pesquisas realizadas no país acerca de um levantamento diagnóstico sobre a educação do campo pertinentes a importantes aspectos, e dentre essas questões, tem-se a precariedade de instalações físicas na grande maioria das escolas, falta de professores habilitados e efetivados nessas escolas, bem como a sobrecarga de trabalho e baixos salários, em contrapartida dos professores da rede urbana de ensino, sendo necessário a reversão desse cenário, para transformação/construção de uma educação do campo fincada em um currículo que dê conta do modo de vida da população do campo, seus costumes crenças e valores. Serão apresentados a seguir, dados relevantes que corroboram para uma não efetivação dos direitos estabelecidos legalmente.

Tomando como referência o Panorama da Educação do Campo, ele traz consigo, um “diagnóstico” acerca das principais questões inerentes a realidade da educação do campo, onde foi possível identificar um quadro que necessita de uma atenção especial das políticas públicas para ser revertido, dentre esses pontos, destaca-se alguns elementos para esse estudo:

Quadro 1: Diagnósticos da educação do campo: principais interpretações

1	A insuficiência e a precariedade das instalações físicas da maioria das escolas;
2	A falta de professores habilitados e efetivados, o que provoca constante rotatividade;
3	Currículo escolar que privilegia uma visão urbana de educação e desenvolvimento;
4	O predomínio de classes multisseriadas com educação de baixa qualidade
5	Baixos salários e sobrecarga de trabalho dos professores, quando comparados com os dos que atuam na zona urbana;
6	A falta de atualização das propostas pedagógicas das escolas rurais;
7	A necessidade de reavaliação das políticas de nucleação das escolas;
8	Baixos salários e sobrecarga de trabalho dos professores, quando comparados com os dos que atuam na zona urbana;
9	A necessidade de reavaliação das políticas de nucleação das escolas;

Fonte: Panorama da Educação do Campo p..8 (2007); formato e adaptado pelo autor.

Pode-se observar este cenário, com base na premissa de algumas pesquisas onde se obtiveram dados estatísticos que revelam a real situação em que se encontra a educação do campo, que vai de encontro ao diagnóstico acima, porém quando confronta-se com as garantias estabelecidas nos documentos analisados, percebe-se uma disparidade entre as garantias e direitos estabelecidos e a real situação da educação do campo, pensando por exemplo no analfabetismo no Brasil, segundo o mesmo documento “Os índices de analfabetismo do Brasil, que permanecem bastante elevados, são ainda mais preocupantes na área rural. Segundo dados da PNAD 2004, 29,8% da população adulta da zona rural é analfabeta, enquanto na zona urbana essa taxa é de 8,7%.”(Panorama da Educação do Campo, 2007 p.15). Assim, os dados levam a acreditar que ainda estão presentes os reflexos de ideais construídos historicamente que ascendiam culturalmente as populações urbanas perante os costumes das populações do campo.

Há também uma disparidade regional nesse índice, pois, segundo o mesmo documento, a região Nordeste detém a maior porção da população que vive no campo, e também o maior índice de analfabetismo entre indivíduos com quinze anos ou mais

(37,7%), em contraste com a região Sul por exemplo, que detém o menor percentual de analfabetismo de indivíduos que vivem no campo (10,4%).

Tratando-se da população entre 7 a 14 anos, faixa etária referente ao ensino fundamental, o país possui boa referência de acesso, tanto do campo quanto urbana, sendo quase universal o atendimento nessa fase do ensino, contudo, em relação a jovens de 15 a 17 anos, correspondentes ao ensino médio, ainda se tem um cenário extremamente preocupante:

“Quando considerada a taxa de frequência líquida no ensino médio, a situação apresenta-se muito precária em todo o País. Menos da metade dos jovens de 15 a 17 anos estão cursando o ensino médio. Na área rural, o quadro é ainda mais crítico: pouco mais de um quinto dos jovens nessa faixa etária estão frequentando o ensino médio. No Nordeste, somente 11,6% dos jovens de 15 a 17 anos que residem na área rural frequentam o ensino médio.”(BRASIL, Panorama da Educação do Campo, 2007 p.18).

Com isso, é possível observar que as escolas do campo ainda em sua grande maioria, não contemplam toda a educação básica de ensino, principalmente em se tratando do ensino médio, e isso é ainda mais agravante quando se leva em conta a disparidade entre as regiões do país, o Censo Escolar da Educação Básica (2016) traz notas estatísticas referentes a cada fase de ensino especificamente, que compõe o ensino básico do país, ele afirma que apenas 33,9% de todas as escolas encontram-se fora da zona urbana e quando em relação ao ensino médio, observa-se que 89,8% das escolas que contemplam essa fase de ensino no país, estão localizadas na zona urbana, sendo apenas 10,2% na zona rural, sendo a menor participação em toda a educação básica.

Partindo para o funcionamento propriamente dito das escolas do campo, o Panorama da educação do campo também apresenta dados importantes, pensando sobre a parte organizacional das escolas do campo, ainda é uma realidade para a maioria das escolas do campo a unidocência, ou seja, a permanência de um único professor responsável pelo desenvolvimento da turma, juntamente com turmas multiseriadas, que seriam alunos de diferentes series/níveis em uma mesma turma, onde muitas vezes esses professores são sobrecarregados por outras atividades administrativas, juntamente com sua prática docente, como observa-se a seguir:

No entanto, o quadro atual revela as dificuldades enfrentadas pelas escolas multisseriadas. De um lado está a precariedade da estrutura física e, de outro, a falta de condições e a sobrecarga de trabalho dos professores, gerando alta rotatividade desses profissionais, o que possivelmente interfere no processo

de ensino/aprendizagem. Geralmente aqueles com uma formação inadequada permanecem em escolas isoladas e unidocentes até o momento em que adquirem maior escolaridade, quando pedem remoção para a cidade (BRASIL, Panorama da Educação do Campo, 2007 p.26)

Com isso, também vale salientar que o documento adentra numa questão fundamental que é a precariedade de estrutura física das escolas do campo, visto que as escolas urbanas possuem diversos recursos que não fazem parte da realidade da grande maioria das escolas do campo, recursos que sem dúvidas auxiliariam muito o professor de educação física em sua prática pedagógica, além de incentivar a inserção/permanência do alunos nessas escolas do campo, como mostra a figura a seguir, com base nos dados do Panorama da Educação do Campo 2007, p. 29:

Figura 1: Percentual de Recursos e Infra-estrutura disponíveis na escola:

Infra-Estrutura disponível na escola	Ensino Fundamental							
	Estabelecimentos (%)				Matriculas (%)			
	Urbana		Rural		Urbana		Rural	
	2002	2005	2002	2005	2002	2005	2002	2005
Biblioteca	58,6	48,2	5,2	6,1	65,4	51,5	15,5	16,9
Laboratório de Informática	27,9	36,1	0,5	1,4	32,7	43,2	2,2	5,3
Laboratório de Ciências	18,3	19,2	0,5	0,7	23,3	23,8	1,7	2,3
Quadra de Esportes	50,7	53,8	4,0	5,6	63,0	65,0	12,2	15,2
Sala para TV/Vídeo	38,6	40,3	2,2	2,6	44,0	44,1	7,3	7,5
TV/Vídeo/Parabólica	56,1	45,9	10,0	9,0	71,3	56,6	30,4	24,2
Microcomputadores	66,0	75,9	4,2	7,4	75,4	84,3	14,3	22,4
Acesso à Internet	29,6	43,6	0,4	1,1	36,0	51,9	1,6	4,3
Água	99,8	100,0	96,4	98,9	99,9	100,0	97,7	99,4
Energia Elétrica	99,8	99,9	58,3	71,5	100,0	100,0	77,9	86,8
Esgoto	99,6	99,8	78,3	84,5	99,7	99,9	88,0	92,3
Sanitário	97,2	99,5	79,2	87,0	97,5	99,7	87,6	93,7

Fonte: MEC/Inep. Tabela elaborada pelo Inep/DTDIE.

É nítido a diferença entre as escolas urbanas em relação às escolas do campo. Verifica-se baixos percentuais de escolas do campo que possuem recursos como laboratórios de informática, quadra poliesportivas, bibliotecas, entre outros que aparecem em percentuais mais altos nas escolas urbanas. Segundo o Censo Escolar da Educação Básica (2016 p.8) as escolas que oferecem o ensino fundamental anos iniciais, que atendem às populações do campo, quilombolas, áreas de assentamentos e terras indígenas, menos de 20% possuem quadra esportiva ou biblioteca/sala de leitura.

Sob essa ótica, é possível enxergar diversas dificuldades que toda a comunidade escolar inserida nessa modalidade da educação enfrentam no dia a dia,

em especial o interesse dos alunos em permanecerem nessas escolas e dos professores em continuarem motivados a exercerem a docência nessas escolas, uma vez que essas são algumas das barreiras que o professor de educação física enfrenta. No entanto, reconhece-se que a educação do campo evoluiu consideravelmente, ganhando espaço em vários documentos legais que estabelecem direitos e deveres para com a modalidade de ensino, mas que no chão da escola, ainda não são uma realidade, há um grande caminho a ser percorrido para que o que está em lei, seja de fato, garantido, apesar dessas contradições serem reais, os professores precisam de condições adequadas de trabalho para que possam ocupar esses espaços que lhes são por direito, além disso, torna-se importantíssimo uma formação adequada desses professores para atuarem nessa modalidade de ensino, atendendo as peculiaridades socioculturais dessas populações, e principalmente garantindo os direitos de aprendizagem dos seus alunos.

4.2 Influência das contradições frente a inserção do professor de educação física.

4.2.1 Princípios para uma educação física no/do campo

Com base no referencial que foi abordado até aqui, torna-se de grande valia, entender um pouco sobre a educação do campo e a luta dos que estão inseridos nela para uma educação justa e de qualidade, para se poder discutir, juntamente com o que foi abordado nos documentos e pesquisas citados, como isso engloba a inserção e atuação dos professores de educação física inseridos nessa modalidade de ensino.

A educação do campo é compreendida pela educação básica de ensino integrada às populações que vivem fora do meio urbano, em toda sua diversidade, ou seja, agricultores, ribeirinhos, assentados, quilombolas, indígenas, dentre outros que lutam pelo direito a uma educação de qualidade, partindo da realidade concreta dessas populações em que sejam protagonistas de sua própria história e tenham liberdade para transformar o meio social onde estão inseridos, pois, é preciso mais que escolas localizadas no campo. Ademais, é importante ressaltar os interesses políticos e culturais, construindo saberes próprios que contribuam para o desenvolvimento social e econômico dessa população, por outro lado, percebe-se que tem havido avanços com os movimentos sociais que, acima de tudo, lutam por uma educação NO campo e DO campo, mas que essa luta ainda continua efetiva nos

diversos movimentos sociais contra as muitas realidades precárias que grande parte das escolas do campo ainda enfrentam.

Um dos principais movimentos que estão inseridos na luta por uma educação do campo é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tendo sua origem em 1985 a partir do 1º Encontro Nacional, em Cascavel no Paraná, característico inicialmente de “ações práticas” na luta pela divisão de terras, reforma agrária e mudanças sociais.

Esse movimento tem objeções claras quando se trata de educação, segundo os Princípios da Educação no MST (1996), a educação é compreendida como um dos processos de formação da pessoa humana, na qual as pessoas são inseridas na sociedade, transformando-se a partir dela e transformando-a mutuamente, por isso caminha lado a lado com o projeto político e determinada concepção de mundo, ou seja, a educação advém de um processo pedagógico que assume também um papel político vinculado a transformação da sociedade, então, um dos princípios básicos para a educação do campo é uma educação pensada para transformação social da realidade concreta dessas populações.

A educação do campo possui um olhar voltado para a educação de classe, sistematizada sob a perspectiva de um projeto político-pedagógico pensado para a classe trabalhadora, visando seus interesses enaltecendo o poder popular sobre as classes dominantes, sendo fundamental o acesso a educação como um direito de todos, através da escola, onde que segundo o MST:

Nesta nossa breve trajetória histórica, já aprendemos que os saberes que podem ser apropriados e produzidos através da escola fazem muita diferença na formação integral que pretendemos para os trabalhadores e as trabalhadoras em todas as idades. (MST, 1996, p. 06).

A educação é um direito de todos e deve estar inserida massivamente na realidade dessas populações e para além disso, a educação precisa estar vinculada aos movimentos político-sociais que o indivíduo do campo está inserido, possuindo caráter omnilateral, ou seja, uma educação que se preocupa com diferentes dimensões do sujeito enquanto pessoa humana, apropriando-se de conhecimento e vivências de sua realidade, sendo protagonista de ações transformadoras, desde a origem do MST até os dias atuais, que está intrínseco dentro do movimento o caráter de lutar pelos seus ideais através de ações concretas e com a educação não seria diferente, a educação ela necessita de ser pensada também para a ação, formar

sujeitos capazes de intervir e transformar o meio social, que avance para além da consciência crítica, pois é preciso desenvolver na escola sujeitos críticos capazes de identificar e discutir problemáticas da sua realidade, mas que também busquem promover ações organizativas e intervenções práticas para solucionar problemáticas envolvidas no contexto social presente, essas colocações são evidentes quando o documento aponta que:

Nossa educação deve alimentar o desenvolvimento da chamada “consciência organizativa” que aquela onde as pessoas conseguem passar da crítica a ação organizada de intervenção concreta da realidade. Para isso os processos pedagógicos precisam ser organizados de modo a privilegiar esta perspectiva de ação.” (MST, 1996, p. 07).

A partir dessas características contempladas pela educação do campo, é possível se pensar a educação física inserida na escola dentro desse cenário da educação do campo, e de como é fundamental para o professor de educação física se utilizar de práticas pedagógicas que deem conta desses pressupostos estabelecidos, por isso tem-se a grande necessidade do professor de educação física ter o conhecimento e domínio das teorias críticas e abordagens de ensino da educação física, que diante disso, tem-se a Pedagogia Histórico-Crítica e abordagem Crítico Superadora, como as que mais se adequam e atendem as necessidades da educação física com contexto contemporâneo vivido pela educação do campo.

A pedagogia histórico-crítica possui como base teórica a concepção dialética, segundo Saviani (2011) é fundamentada e baseada no materialismo histórico, ou seja, ela busca compreender a educação através do seu desenvolvimento histórico, partindo do concreto, articulando-se a uma proposta pedagógica com o intuito de transformar a realidade da sociedade, e não apenas reproduzi-la no sistema que já existe, em suma, é uma pedagogia diferenciada das demais teorias (tradicional, escola nova, tecnicista, crítico produtivista) que tem a intencionalidade de resgatar a importância da escola devido a adaptação a diferentes realidades, pois a pedagogia histórico crítica está enraizada no viés histórico e real da escola.

A pedagogia histórico-crítica enquanto proposta de trabalho didático foi desenvolvida por Gasparin (2003) na qual o aluno passa por cinco fases de aprendizado, A Prática Social, que é o momento onde é diagnosticado os conhecimentos prévios trazidos pelos alunos; Problematização, como consequência do anterior, o professor irá problematizar tais conhecimentos do alunado, para assim

poder chegar ao conhecimento escolar sistematizado; Instrumentalização, caracterizado pelo momento no qual o professor expõe aos alunos os instrumentos que serão necessários para a resolução da problemática, tomada como referência a prática social; Cartase, etapa proveniente de criação, onde os alunos dão o feedback da compreensão do conhecimento momento, chegando então a Nova Prática Social, onde existe nesse momento a produção do conhecimento de maneira ampla e crítica para com a realidade, de acordo com Darido (2001, p. 12)

Estas abordagens denominadas críticas ou progressistas passaram a questionar o caráter alienante da Educação Física na escola, propondo um modelo de superação das contradições e injustiças sociais. Assim, uma Educação Física crítica estaria atrelada as transformações sociais, econômicas e políticas tendo em vista a superação das desigualdades sociais (DARIDO 2001, p.12).

Assim , a abordagem crítico superadora tem um caráter contra hegemônico uma vez que luta por uma educação que visa os interesses da classe oprimida (trabalhadora), além de possuir pressupostos para uma sistematização da educação física enquanto disciplina dentro da escola, pois tem como objeto de estudo a cultura corporal, a partir dos conteúdos jogos, esportes, lutas, dança e ginástica, considerando no contexto contemporâneo as suas relevâncias sociais e adequação a realidade dos alunos, não sendo negada na modalidade de ensino aqui discutida, ou seja, na educação do campo.

4.2.2 Criatividade nas aulas de educação física

Sob a perspectiva apresentada acerca das dificuldades vivenciadas pela educação do campo, conseqüentemente pelos professores de educação física que nela atuam, muitos acabam por limitar suas práticas de ensino, bem como os conteúdos a serem explorados com os alunos, atribuindo a educação física na escola um caráter esportivista/recreativo tendo a “prática pela prática”, quando na verdade, a educação física necessita de buscar novos valores que transcendam a prática para o desenvolvimento integral de cidadãos, a partir de uma formação crítica e humanizada dentro da sua realidade, voltada para as necessidades reais dos alunos, pensando nessa formação, que se faz tão necessária dentro da escola do campo. Nesse sentido,

o elemento “criatividade” se torna um importante aliado do professor de educação física para vencer obstáculos enfrentados no chão das escolas do campo e aproxime o máximo possível dessa formação, com novas práticas pedagógicas e metodologias ativas, tornando o alunado protagonistas do próprio processo de ensino-aprendizado.

Taffarel (1985) em sua obra “Criatividade nas aulas de educação física” defende claramente a importância do desenvolvimento criativo para o futuro, dentro da sociedade brasileira, bem como para as aulas de educação física, sob a perspectiva de uma formação integral dos alunos, ao dizer que: “Do ponto de vista da pessoa humana, o ato criativo integra, em um esforço único de busca do inédito, todas as capacidades da conduta humana-afetiva, cognitiva e corporal.” (TAFFAREL, 1985, p.04).

Além disso, a autora afirma que: “É no ato de criação que entram em jogo capacidades e habilidades cognitivas, modalidades de percepção, formas de organização de conhecimento e de reorganização de elementos”(TAFFAREL, 1985, p.04), ou seja, em uma proposta de formação integral dos alunos enquanto cidadãos, na qual a educação física vem perseverar nesse caráter formativo, o professor de educação física deve ter um olhar especial para o desenvolvimento criativo, pois, é no exercício da criatividade que os alunos se inserem dentro do processo de aprendizagem de forma ativa, se deparando com problemáticas do dia a dia, refletindo sobre e promovendo ações que vão de encontro a uma possível solução, proporcionando ao aluno experiências riquíssimas que ele levará consigo também para fora de sala de aula.

Do ponto de vista sócio-político, a extensão do ato da criatividade se traduz ou através de uma produção potencialmente útil a sociedade, ou através das atitudes de um ser social que, ao sentir-se capaz de criar, sente-se capaz de transformar, de mudar, de melhorar (TAFFAREL, 1985)

Percebe-se a criatividade como um importante aliado tanto para o professor, ao buscar um leque de possibilidades para o trato dos conteúdos em suas aulas, quanto para os alunos que podem assim, vivenciar uma educação física que busca uma formação voltada não apenas para ‘os conteúdos específicos da disciplina, mas também para uma formação que visa autonomia, liberdade, cooperação, percepção crítica da realidade e diversos outros elementos que compõe o homem, enquanto ser social, contribuindo assim para a formação de cidadãos ativos, dispostos a intervirem

de forma direta para uma melhor qualidade de vida em sociedade, e assim possibilitar transformações sociais significativas.

Acho válido ressaltar uma vivência minha, enquanto aluno de graduação no estágio supervisionado pela Universidade Estadual da Paraíba, onde fizemos uma intervenção em uma escola do campo, localizada na zona rural do município de Queimadas PB, e nessa escola do campo pode-se verificar de fato, um cenário semelhante vistos nas pesquisas, ou seja, uma escola com recursos limitados, sistema multiseriado, com equipe de profissionais resumida em professor polivalente, merendeira e diretora, e durante nossa intervenção, foi de grande importância o elemento criatividade em nosso planejamento e prática pedagógica, uma vez que a escola, como não havia recursos como quadra poliesportiva, materiais didáticos para se trabalhar os 5 grandes conteúdos da cultura corporal, que era a nossa proposta inicial, fizemos diversas adaptações/criações para que pudéssemos vivenciar tais conteúdos, realizando é claro, as adaptações necessárias ao meio no qual estávamos inseridos e foi ali que pude perceber tal importância desse elemento, juntamente com o conhecimento e formação do professor, eram coisas fundamentais para se ter subsídios para uma prática pedagógica dentro da proposta das escolas do campo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação do campo se tornou uma modalidade de ensino da educação que vem ganhando amplo espaço de discussão, sendo bem fundamentada por diversos estudiosos da educação e que vem conquistando um espaço, dentro dos documentos legais que a tempos atrás não eram contemplados, pois, historicamente, a educação do campo, a muitos anos vista como sinônimo de atraso, foi de certa forma “escanteada” perante a ascensão da educação urbana vista como “superior”, após uma série de lutas e movimentos populares, pouco a pouco, a educação do campo conquistou grande aporte legal no país, obtendo diversas garantias que dão subsídios para uma educação digna a todas as populações do campo.

Diante desta perspectiva, o estudo ressaltou três documentos importantes que fundamentam a educação do campo digna e de qualidade, contudo para a efetivação dessas garantias no chão das escolas do campo, ainda será necessário um longo caminho a ser percorrido. Muito se foi feito, contudo, pesquisas como o Panorama da

Educação do Campo e o Censo Escolar da Educação Básica, são dois exemplos dentre outras que possam existir, que apontam dados importantes para a necessidade de profundas análises frente à realidade e desafios que conduzem a não efetivação de muitos desses direitos na grande maioria das escolas do campo, ou seja, ainda há muito a ser feito para se alcançar de fato, o que está previsto legalmente.

Esse binômio existente entre o que se é garantido, nesse estudo, referenciado por três documentos essenciais, podendo haver outros a serem contemplados em estudos futuros e o que é realidade dentro das escolas do campo tem influência direta na inserção e atuação dos professores de educação física nessa modalidade de ensino, que muitas vezes tem gerado uma certa evasão por parte dos profissionais de educação que vivenciam no dia a dia dessas escolas do campo grandes desigualdades e má condições de trabalho quando comparadas com as escolas das cidades.

Por isso, esses profissionais da educação acabam por optar em deixar de atuar em suas comunidades de origem para ir em busca de oportunidades nas escolas ditas urbanas, com isso, a evasão também por parte dos alunos em frequentar essas escolas do campo é algo a se investigar também, visto que muitos alunos ainda são levados a deixarem o ambiente onde vivem para buscar uma educação e trabalho fora das suas raízes socioculturais.

Ainda há muito a se investigar acerca do tema educação de campo, considerando sua importância, sendo assim, o estudo busca instigar novas pesquisas para o aprofundamento do debate, com uso de outras metodologias associadas a outras tipologias de pesquisa, tratando-se como exemplo de questões relevantes como infraestrutura, condições de trabalho e formação de profissionais da educação, voltadas para as reais necessidades dessas populações, contribuindo para que se consolide um sistema educacional unificado no país, mas com as peculiaridades de cada uma dessas populações, seja elas do campo, quilombolas, ribeirinhas, urbanas, entre outras, uma vez que é dever do estado ofertar uma educação de qualidade a todos, e que essa oferta tenha por objetivo formar cidadãos e profissionais dignos que valorizem e atuem em suas respectivas comunidades de origem.

Ademais, viu-se que a modalidade de ensino de Educação Básica, de forma específica, a Educação do Campo possa ser objeto de estudo tendo como eixo as políticas públicas educacionais brasileiras de maneira crítico reflexiva, trazendo a Educação Física escolar como uma das possibilidades e caminho para o debate,

reflexões e efetivas melhorias e cada vez mais os documentos legais sejam reconhecidos para além de instrumentos tecnoburocráticos, sendo cada vez mais fortalecida a Educação do Campo no campo social, cultural, educacional e científico, estando o componente curricular Educação Física escolar integrado, de forma viva e com a sua identidade no protagonismo a partir do chão da escola no/do campo.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel Gonzalez; FERNANDES, Mançano Fernandes. "**A educação básica e o movimento social do campo.**" Brasília: articulação nacional por uma educação básica do campo 2, 1999.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** rev. e atual. Lisboa: Edições, v. 70, 2009.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, 1997.
- BRASIL. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. **Resolução CNE/CEB Nº 1, de 3 de Abril de 2002.**
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular. ETAPA DO ENSINO FUNDAMENTAL.** <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base> Acesso em 07 mai 2021.
- CASTELLANI FILHO, L. et al. **Metodologia do ensino de Educação Física.** Cortez Editora, 2014.
- COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino da Educação Física.** Cortez, 1992.
- GASPARIN, João Luiz. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica.** 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.
- GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 5ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo escolar da educação básica notas estatísticas.** Brasília/INEP, 2017.
- INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Panorama da educação no campo.** Brasília/INEP, 2007.
- KOLLING, E.J. et al. (orgs) Educação do Campo: identidade e políticas públicas. Brasília **Articulação nacional por uma educação do campo**, n.4, 2002.
- _____. **Princípios da educação no MST.** Porto Alegre: MST, 1996.

SANTANA, D.B: LAURENTINO, D. N. A. . **Slackline e Educação do Campo: possibilidades para uma ação dialógica**. 1. ed. Campina Grande: Realize Editora, 2018. v. 1. 61p.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 10. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

TAFFAREL, Celi Nelza Julke. **Criatividade nas aulas de Educação Física**. [S.l.]: Ao Livro Técnico, 1985.